

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

Em maio de 2017, o Grupo Parlamentar do PSD enviou um conjunto de perguntas à então Ministra da Administração Interna, sublinhando as fragilidades que considerava existir na preparação da época de incêndios, deixando um conjunto de alertas e preocupações.

À época, o conflito entre Governo e as corporações de bombeiros era evidente, as ausências dos comandos nas diversas apresentações do DECIF eram revelavam distanciamento, assumiam forma de protesto e confirmavam uma enorme desconfiança entre os bombeiros e a tutela política da Administração Interna, em particular com o então Secretário de Estado da Administração Interna.

Numa área tão sensível como esta, a sintonia e respeito entre a tutela e aqueles que sob as suas ordens e comando enfrentam as dificuldades no terreno é crucial. As vicissitudes do planeamento e preparação da época de combate aos incêndios florestais de 2017 teve vários erros e omissões como hoje todos reconhecem.

A época de incêndios de 2017 não começou bem e terminou como todos sabemos.

Sabendo que muitas lições foram aprendidas com as tragédias de 2017, os Deputados subscritores desta Pergunta Parlamentar pretendem garantir junto do Governo português que tudo está a ser preparado de forma diferente, que se aprendeu com as experiências passadas e que todos os erros cometidos estão corrigidos.

Os Relatórios feitos pela Comissão Independente, proposta pelo PSD e aprovada por unanimidade pela Assembleia da República, bem como o Relatório produzido a pedido do governo por uma equipa da Universidade de Coimbra liderada pelo Professor Xavier Viegas, apontaram vários caminhos e alterações que era necessário fazer.

Em novembro passado, o Ministro da Administração Interna anunciou que até março de 2018 seria adotado um novo modelo para a Autoridade Nacional de Proteção Civil, através de uma "nova lei orgânica que defina o seu papel neste novo modelo de intervenção no combate aos fogos florestais".

A poucos dias do final do mês de março está ainda por conhecer a nova lei orgânica da ANPC, assim como as diretivas operacionais que definirão as funções de cada uma das estruturas com intervenção no combate aos fogos florestais.

Também nos primeiros meses do novo ano deveriam ter sido conhecidas as conclusões do

grupo de trabalho criado pelo Governo para estudar a transferência do controlo dos meios aéreos de combate a incêndios para a Força Aérea. Este grupo de trabalho, constituído por representantes dos ministérios da Defesa Nacional e da Administração Interna, tem como missão definir o modelo de “gestão centralizada daqueles meios pela Força Aérea, incluindo os que forem eventualmente adquiridos e os que sejam sazonal ou pontualmente necessários”, bem como apresentar o modelo, o cronograma, os custos e as eventuais opções associadas.

No entanto, e face a algumas dúvidas vindas a público, bem como através dos contactos e estabelecidos pelo Grupo Parlamentar do PSD, o atraso na preparação desta época é já uma evidência, face às diversas hesitações por parte do Governo e, em particular, do Ministério da Administração Interna.

1. Que medidas adotou o governo para corrigir as fragilidades dos comandos nacionais, distritais e locais, cuja falta de experiência e preparação para a função foram apontadas pelos Relatórios acima referidos? Que iniciativas foram desenvolvidas?
2. Que iniciativas desenvolveu o Governo no sentido de melhorar a coordenação entre as diversas estruturas de Proteção Civil e os bombeiros na avaliação da situação dos incêndios e na devida e proporcional afetação de meios?
3. Pretende o Governo e a ANPC voltar a dar funções operacionais aos Comandantes de Agrupamento Distrital (CADIS) tal como previsto na Lei Orgânica da ANPC mas desrespeitado pelos anteriores CONAC (Rui Esteves) e Presidente da ANPC (Joaquim Leitão)?
4. Que meios e ferramentas de informação de apoio à decisão operacional foram, entretanto, colocadas à disposição da ANPC para a próxima época de incêndios?
5. Quando pretende o governo apresentar o DECIF 2018 e que mudanças prevê em relação ao DECIF 2017?
6. Qual o montante em atraso nos reembolsos da ANPC às associações de bombeiros pelas despesas efetuadas na época 2017, que normalmente eram saldadas nos dois primeiros meses após os incêndios, e qual a justificação para esse atraso?
7. Qual o ponto de situação da contratação de meios aéreos para próxima época de incêndios?
8. Qual a exata situação de operacionalidade dos helicópteros pesados Kamov propriedade do Estado português tendo em conta que, segundo notícia do jornal Público, nenhum se encontra operacional?
9. Qual o ponto de situação da nova lei orgânica da ANPC e das diretivas operacionais necessárias à definição e afetação de meios para o combate aos fogos florestais?
10. Quando é que irão ser conhecidas as conclusões do grupo de trabalho criado pelo Governo para estudar a transferência do controlo dos meios aéreos de combate a incêndios para a Força Aérea?

Palácio de São Bento, 28 de março de 2018

Deputado(a)s

DUARTE MARQUES(PSD)

LUÍS MARQUES GUEDES(PSD)

CARLOS PEIXOTO(PSD)

NUNO SERRA(PSD)

MAURÍCIO MARQUES(PSD)

Deputado(a)s

RUBINA BERARDO(PSD)

ANTÓNIO LEITÃO AMARO(PSD)

MARGARIDA BALSEIRO LOPES(PSD)

SARA MADRUGA DA COSTA(PSD)

LUÍS PEDRO PIMENTEL(PSD)

PEDRO ROQUE(PSD)

PEDRO ALVES(PSD)

EMÍLIA CERQUEIRA(PSD)

SANDRA PEREIRA(PSD)

CARLOS COSTA NEVES(PSD)

LUÍS MONTENEGRO(PSD)

CRISTÓVÃO NORTE(PSD)

INÊS DOMINGOS(PSD)